



## PROJETO DE LEI

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, de São José do Cerrito, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, com sede no Município de São José do Cerrito.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcivus Machado

ANEXO ÚNICO  
(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO  
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

....	.....	.....
	<b>SÃO JOSÉ DO CERRITO</b>	<b>LEIS</b>
....	.....	.....
	Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias	
....	.....	.....

” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, de São José do Cerrito, entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de relevante interesse educacional, social e comunitário, atuando em cooperação com a unidade escolar e com a comunidade local.

A referida Associação tem por finalidade fortalecer a integração entre escola, família e comunidade, promovendo ações voltadas ao desenvolvimento educacional, cultural, social e desportivo e incentivando a participação comunitária no ambiente escolar. Entre seus objetivos estatutários destacam-se a promoção de cursos comunitários, o apoio a atividades culturais e sociais, a cooperação com outras entidades e o estímulo à formação cidadã dos estudantes.

Assim, conto com o apoio das Senhoras e dos Senhores Parlamentares para aprovação da presente matéria, tendo em vista o relevante interesse público das atividades desempenhadas pela Associação, justificando-se a concessão do Título de Utilidade Pública estadual como forma de reconhecimento institucional às ações desenvolvidas em benefício da coletividade.



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Machado**, em 29/06/2026, às 10:42.

---